

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
ELETROBRAS
ELETROBRAS CGTEE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016
PORTO ALEGRE, MAIO DE 2017.

Aprovado pela RES-116/2017 em 23/05/2017.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
ELETROBRAS
ELETROBRAS CGTEE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU N° 63/2010, da DN TCU N° 154/2016, da Portaria TCU N° 59/2017 e das orientações do órgão de controle interno, Controladoria Geral da União.

ASSESSORIA DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE
PORTO ALEGRE, MAIO DE 2017.

LISTA DE DIRIGENTES

FRANCISCO ROMÁRIO WOJCICKI – Diretor-Presidente (01/01/16 a 31/12/16)

LUIZ HENRIQUE DE FREITAS SCHNOR - Diretor Técnico e de Meio Ambiente (01/01/2016 a 22/02/2016)

RICARDO LUIZ DE SOUZA LICKS – Diretor Técnico e de Meio Ambiente / Diretor de Engenharia, Expansão e Meio Ambiente (23/02/16 a 31/12/16)

CLOVIS ILGENFRITZ DA SILVA – Diretor Financeiro e de Relações com o Mercado (01/01/16 a 22/02/16)

CELSO DE OLIVEIRA SANT'ANNA – Diretor Financeiro e de Relações com o Mercado / Diretor de Finanças (23/02/16 a 31/12/16)

SANDRO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA – Diretor Administrativo (01/01/2016 a 11/03/2016)

JOSÉ PARIZZOTTO – Diretor Administrativo (11/03/16 a 31/12/16)

RUBEM ABRAHÃO GONÇALVES FILHO – Diretor de Operação / Diretor de Geração (01/01/16 a 31/12/16)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

ACL	Ambiente de Contratação Livre
ACR	Ambiente de Contratação Regulada
AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CCC	Conta de Consumo de Combustível
CCEAR	Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica S.A.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGTEE	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
CMDE	Contrato de Metas de Desempenho Empresarial
CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
CNAE	Código da classificação completa da principal atividade econmica da UJ
COEX	Comitê Executivo do Mercado Atacadista de Energia
COSO ERM	Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission Enterprise Risk Management
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
EBITDA	Eaming Before Income Tax, Depreciation and Amortization
ELETRORAS	Centrais Elétricas Brasileiras S/A
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FGD	Flue Gas Desulfurization – Subproduto da queima do carvão
GWh	Unidade de Geração de Energia Elétrica Gigawatt hora
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IFRS	International Financial Reporting Standards
ISO	International Organization of Standardization
LEE	Leilão de Energia Existente
LEN	Leilão de Energia Nova
LOA	Lei Orçamentária Anual
MME	Ministério de Minas e Energia
MCPSE	Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico
MCSD	Mecanismo de Compensaao de Sobras e Déficits
MW	Unidade de Potência Elétrica Megawatt

NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
NUTEPA	Nova Usina Termoeletrica de Porto Alegre
OCPC	Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis
OCI	Orgão de Controle Interno
OI	Orçamento do Investimento
ONS	Operador Nacional do Sistema
PCH	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PDG	Programa de Dispêndios Globais
PDNG	Plano Diretor de Negócios e Gestão
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PGFN	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PID	Programa de Incentivo ao Desligamento
PMSO	Pessoal, Material, Serviços e Outros
PNE	Plano Nacional de Energia
PNG	Plano de Negócios e Gestão
PPA	Plano Plurianual
PLS	Plano de Logística Sustentável
P&D+I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
RGR	Reserva Geral de Reversão
ROL	Receita Operacional Líquida
SAP	Software ERP utilizado pela Eletrobras CGTEE
SEB	Setor Elétrico Brasileiro
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIN	Sistema Interligado Nacional
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SPDA	Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TUC	Tipos de Unidade de Cadastro
UAR	Unidades de Adição e Retirada
UG	Unidade Geradora de Energia
UHE	Usina Hidrelétrica de Energia
UPME	Usina Termoeletrica Presidente Médici
USJE	Usina Termoeletrica de São Jerônimo

UTE	Usina Térmica de Energia
WACC	Weighted Average Cost Of Capital – Custo Médio Ponderado do Capital

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Potência Instalada da Eletrobras CGTEE
- Quadro 2 - Empreendimentos de Geração de Energia em Operação no Brasil - 2016
- Quadro 3 - Usinas Térmicas que operam com o insumo do Carvão Mineral – 2016
- Quadro 4 - Empresas similares a Eletrobras CGTEE - 2016
- Quadro 5 - Empresas localizadas no Nordeste – 2016
- Quadro 6 - Portfólio de Clientes da Eletrobras CGTEE
- Quadro 7 - Áreas e subunidades mais estratégicas na gestão da empresa
- Quadro 8 - Macroprocessos Finalísticos
- Quadro 9 - Principais parceiros
- Quadro 10 - Composição acionária do capital social
- Quadro 11 - Objetivos Estratégicos Finalísticos
- Quadro 12 - Objetivos Estratégicos de Gestão
- Quadro 13 - Acompanhamento Orçamentário 2016
- Quadro 14 - Despesas por modalidade de contratação
- Quadro 15 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas nas modalidades convênios, termo de cooperação e de contratos de repasse
- Quadro 16 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas nas modalidades convênios, termo de cooperação e de contratos de repasse
- Quadro 17 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas nas modalidades convênios, termo de cooperação e de contratos de repasse
- Quadro 18 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão
- Quadro 19 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão
- Quadro 20 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão
- Quadro 21 - Quadro de Indicadores de Desempenho CMDE
- Quadro 22 - Informações sobre dirigentes e colegiados
- Quadro 23 - Análise de Riscos vinculados às medidas adotadas
- Quadro 24 - Indicadores e metas
- Quadro 25 - Remuneração do Conselho de Administração
- Quadro 26 - Remuneração do Conselho Fiscal
- Quadro 27 - Síntese da remuneração do Conselho de Administração
- Quadro 28 - Síntese da remuneração do Conselho Fiscal
- Quadro 29 - Síntese da remuneração da Diretoria Executiva
- Quadro 30 - Contencioso trabalhista
- Quadro 31 - Composição acionária
- Quadro 32 - Força de Trabalho da UPC
- Quadro 33 - Distribuição da Lotação Efetiva
- Quadro 34 - Qualificação mão de obra
- Quadro 35 - Mão de obra por idade
- Quadro 36 - Tempo para aposentadoria
- Quadro 37 - Aposentáveis por trabalhar em área de risco
- Quadro 38 - Capacitação e treinamento de pessoal
- Quadro 39 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC
- Quadro 40 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

- Quadro 41 - Gestão de Riscos relacionada à pessoal
- Quadro 42 - Contratos de prestação de serviços não abrangido pelo plano de cargos da unidade
- Quadro 43 - Contratos de prestação de serviços não abrangido pelo plano de cargos da unidade
- Quadro 44 - Perfil dos participantes do Plano de Previdência Complementar
- Quadro 45 - Principais sistemas de informações
- Quadro 46 - Objetivos Estratégicos do PETI
- Quadro 47 - Necessidades e Prioridades do PETI
- Quadro 48 - Principais Projetos Desenvolvidos pela Assessoria de TI
- Quadro 49 - Canais de acesso do cidadão
- Quadro 50 - Relatório de consolidação do questionário de avaliação da Ouvidoria
- Quadro 51 - Níveis Hierárquicos
- Quadro 52 - Publicidade e propaganda.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

Ilustração 1 - Organograma da Eletrobras CGTEE

Ilustração 2 - Estrutura de Governança da Eletrobras CGTEE

Ilustração 3 – Estrutura de Governança

Ilustração 4 - Matriz de Riscos

Ilustração 5 - Controle de Ações da Tutela Antecipada nº 5064439-64.2016.4.4.04.7100/RS

Gráfico 1 - Evolução da Energia Elétrica Gerada Total pela CGTEE 2011-2016

Gráfico 2 - Disponibilidade Geral da Eletrobras CGTEE

Gráfico 3 - Evolução da Energia Elétrica Gerada pela UTE Presidente Médici 2011-2016 (GWh)

Gráfico 4 - Evolução da Energia Elétrica Gerada pela UTE Candiota III 2012-2016 (GWh)

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I – Balanço Social

ANEXO II - Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE

ANEXO III - Regulamento da Auditoria Interna

ANEXO IV – Parecer dos Auditores Independentes

ANEXO V – Relatório de Correição de 2016

ANEXO VI – Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto a entrega das declarações de bens e rendas

ANEXO VII – Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão

ANEXO VIII – Demonstração Atuarial – Fundação CEEE de Seguridade Social

SUMÁRIO

2.	APRESENTAÇÃO.....	14
3.	VISÃO GERAL DA UNIDADE	15
3.1.	Finalidade e Competências	15
3.2.	Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	15
3.3.	Ambiente de atuação	16
3.4.	Organograma.....	23
3.5.	Macroprocessos finalísticos	27
3.6.	Composição acionária do capital social.....	29
3.7.	Participação em outras sociedades.....	29
3.8.	Principais eventos societários ocorridos no exercício.....	29
4.	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	30
4.1.	Planejamento Organizacional	30
4.1.1.	Descrição sintética dos objetivos do exercício	31
4.1.2.	Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	33
4.1.3.	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	33
4.2.	Desempenho Orçamentário.....	33
4.2.1.	Relação entre a previsão e a execução das principais rubricas do orçamento de receita.....	35
4.2.2.	Relação entre a previsão e a execução das principais rubricas do orçamento de investimento... 35	
4.2.3.	Relação entre a previsão e a execução das principais rubricas do orçamento de dívida	37
4.2.4.	Relação entre a previsão e a execução das principais rubricas do orçamento de custeio	37
4.2.5.	Despesas por modalidade de contratação.....	38
4.2.6.	Execução descentralizada com transferência de recursos.....	38
4.2.7.	Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênios, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	39
4.2.8.	Análise Crítica do Desempenho Orçamentário.....	42
4.3.	Desempenho Operacional	43
4.4.	Apresentação e análise de indicadores de desempenho	46
5.	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	55
5.1.	Descrição das estruturas de governança.....	55
5.1.1.	Atendimento à Lei das Estatais.....	58
5.2.	Informações sobre dirigentes e colegiados	58

5.3.	Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico.....	63
5.4.	Atuação da unidade de auditoria interna.....	63
5.5.	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	65
5.6.	Gestão de riscos e controles internos	65
5.7.	Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados	69
5.7.1.	Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	71
5.7.2.	Síntese da remuneração dos administradores.....	72
5.7.3.	Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores	73
5.8.	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada.....	73
5.9.	Informações sobre ações trabalhistas contra a entidade.....	73
5.10.	Participação acionária de membros de colegiados da entidade	75
6.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	76
6.1.	Gestão de Pessoas.....	76
6.1.1.	Estrutura de pessoal da unidade	76
6.1.2.	Demonstrativo das despesas com pessoal.....	80
6.1.3.	Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	81
6.1.4.	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	83
6.1.5.	Entidade de previdência complementar patrocinada	85
6.2.	Gestão de patrimônio e infraestrutura.....	89
6.2.1.	Gestão de patrimônio imobiliário da união.....	89
6.3.	Gestão de tecnologia da informação	89
6.3.1.	Principais sistemas de informações.....	89
6.3.2.	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia de Informação (PDTI).....	90
6.3.3.	Principais projetos desenvolvidos pela Assessoria de Tecnologia da Informação	92
6.3.4.	Comitê Gestor de TI.....	92
6.3.5.	Descrição do plano de capacitação de pessoal de TI:	93
6.3.6.	Força de trabalho de TI:	93
6.3.7.	Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI:	93
6.3.8.	Medidas tomadas para mitigar eventual dependência Tecnológica de empresas Terceirizadas:	93
6.4.	Gestão ambiental e sustentabilidade	94
6.4.1.	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras	94

7.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	96
7.1	Canais de acesso do cidadão	96
7.2	Carta de Serviços ao Cidadão	97
7.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	97
7.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	97
8.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	98
8.1.	Desempenho financeiro no exercício	98
8.2.	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	100
8.3.	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	101
8.4.	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas	105
9.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	106
9.1.	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	106
9.2.	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	109
9.3.	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	113
9.4.	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	113
9.5.	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	113
10.	ANEXOS E APÊNDICES	114
	ANEXO I – Balanço Social.....	114
	ANEXO II – Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE	116
	ANEXO III – Regulamento da Auditoria Interna	155
	ANEXO IV – Parecer dos Auditores Independentes	160
	ANEXO V – Relatório de Correição de 2016.....	164
	ANEXO VI – Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto a entrega das declarações de bens e rendas	167
	ANEXO VII – Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão.....	168
	ANEXO VIII – Demonstração Atuarial – Fundação CEEE de Seguridade Social.....	169

2. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, foi elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013 – conteúdo geral do relatório de gestão e da DN TCU Nº 154/2016, da Portaria TCU Nº 59/2017 e das orientações do órgão de controle interno.

É importante salientar que as seções deste Relatório de Gestão foram elaboradas de acordo com a orientação da Portaria TCU Nº 59/2017 observando o detalhamento e a estrutura dos conteúdos do Relatório de Gestão 2016 atribuídos seletivamente a esta Unidade Prestadora de Contas no Sistema e-Contas, bem como às orientações de elaboração ali disponibilizadas como tópicos de ajuda.

A principal finalidade do Relatório de Gestão é a prestação de contas anual aos órgãos de controle interno, externo e à sociedade. Os itens objeto de preenchimento são aqueles aplicáveis às Sociedades de Economia Mista da Administração Indireta da União.

Há itens que, embora sejam aplicáveis à Empresa, não ocorreram no exercício, os quais foram identificados com esta observação no texto.

A Administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – Eletrobras CGTEE, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa publicou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício 2016, em 13 de abril de 2017 no Jornal do Comércio de Porto Alegre, encontram-se disponíveis também no site da empresa www.cgtee.gov.br.

No decorrer de 2016, em consonância com o Planejamento Estratégico da Eletrobras CGTEE 2012-2021 buscou-se o objetivo estratégico de “consolidar os negócios de geração térmica a carvão mineral de forma sustentável e rentável”. O Plano de Negócios da Eletrobras CGTEE, para o período 2015 a 2019, foi objeto de revisão e fundamentou os estudos de cenários para o Plano de Negócios e Gestão 2016-2020.

As realizações e dificuldades no decorrer de 2016, relacionadas aos objetivos estratégicos estão desenvolvidas no item 4 – Planejamento Organizacional e Resultados, subitem 4.1. Complementarmente, há a descrição de outros resultados e ações, detalhadas no item 6 “Áreas Especiais da Gestão”.

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE

3.1. Finalidade e Competências

Finalidade: Geração de energia elétrica a partir do uso do combustível carvão mineral.

Competências:

Conforme o Art. 4º do Estatuto Social da Eletrobras CGTEE é competência institucional:

- a) realizar, estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, de acordo com legislação vigente; desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de produção, transformação e transmissão de energia elétrica, inclusive: transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de planejamento, operação, manutenção de instalações elétricas, reparos e conservação de peças e equipamentos de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de autoprodutor e produtor independente, com a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios, visando a maior eficiência no uso da eletricidade;
- b) integrar grupos de estudo, consórcios, grupos de sociedade ou quaisquer outras formas associativas com vista a pesquisas de interesse do setor energético, à formação de pessoal técnico a ela necessário, bem como à prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro a outras empresas;
- c) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedade, com ou sem aporte de recursos, no Brasil ou no exterior, com ou sem poder de controle, que se destinem à exploração da produção de energia elétrica sob o regime de concessão ou autorização, direta ou indiretamente;
- d) comercializar, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletro energéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da Empresa.

3.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – Eletrobras CGTEE, controlada pela Eletrobras, é uma sociedade de economia mista, constituída na forma da Lei Estadual do Estado do Rio Grande do Sul nº 10.900, de 26 de dezembro de 1996, concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, tendo sido constituída em 28 de julho de 1997. Em novembro de 1998, seu controle acionário foi transferido para a União. Posteriormente, em 31 de julho de 2000, a Eletrobras CGTEE tornou-se uma empresa do Sistema Eletrobras, atuando na atividade de geração de energia, a partir da queima do carvão mineral.

A Companhia possui as seguintes concessões/autorizações:

USINAS	Tipo	Autorização/ Concessão	Vencimento	Capacidade Instalada (MW)	UG
UTE SÃO JERÔNIMO	Concessão	08/07/1995	07/07/2015	20	02 X 05MW – (1953) 01 X 10MW – (1956)
UTE NUTEPA	Concessão	08/07/1995	07/07/2015	24	02 X 08MW – (1968) 01 X 08MW – (1969)
UTE PRESIDENTE MÉDICI	Concessão	08/07/1995	07/07/2015	446	02 X 063MW – (1974) 02 X 160MW – (1987)
UTE CANDIOTA III	Autorização	18/07/2006	17/07/2041	350	01 X 350MW- (2011)
TOTAL	840 MW				

Quadro 1 - Potência Instalada da Eletrobras CGTEE

Complementarmente ao estatuto social, a empresa adere ao normativo legal de funcionamento das entidades da Administração Indireta Federal, às diretrizes, políticas e normativos definidos pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, Ministério de Minas e Energia - MME, pela controladora Eletrobras, além de seus próprios regramentos de funcionamento e organização.

3.3. Ambiente de atuação

a) Caracterização e o comportamento do mercado de atuação

Fundamentado nas Leis nº 10.847 e 10.848, de 15 de março de 2004, e no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, o Governo Federal lançou as bases de um novo modelo para o Setor Elétrico Brasileiro (SEB). Este modelo definiu a criação das seguintes entidades com competências específicas:

- Empresa de Pesquisa Energética (EPE): responsável pelo planejamento a longo prazo do setor elétrico;
- Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE): responsável por avaliar permanentemente a segurança do suprimento de energia elétrica
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE): atuar no que concerne à comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado.

Outras alterações importantes incluem a definição do exercício do Poder Concedente ao Ministério de Minas e Energia (MME) e a ampliação da autonomia do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Em relação à comercialização de energia, foram instituídos dois ambientes para celebrar contratos de compra e venda: o Ambiente de Contratação Regulada (ACR), do qual participam agentes de geração e de distribuição de energia; e o Ambiente de Contratação

Livre (ACL), do qual participam agentes de geração, comercializadores, importadores e exportadores de energia e consumidores livres.

Sistema Interligado Nacional - SIN

O Sistema Interligado Nacional é formado pelas empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte. Apenas 1,7% da energia requerida pelo país encontra-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados localizados principalmente na região amazônica.

Nota-se, a partir da análise dos dados do quadro a seguir, que a base do sistema elétrico nacional são as Usinas Hidrelétricas, respondendo por 61,2% do fornecimento de energia.

Tipo	Quantidade	Potência Instalada (kW)	% do total
Usina Hidrelétrica de Energia – UHE	219	101.138.278	61,24
Pequena Central Hidrelétrica – PCH	436	4.989.487	3,27
Central Geradora Hidrelétrica – CGH	609	530.919	0,35
Usina Termelétrica de Energia – UTE	2.947	42.842.0347	26,99
Usina Termonuclear – UTN	2	1.990.000	1,31
Central Geradora Eolielétrica – EOL	424	10.393.7380	6,83
Central Geradora Solar Fotovoltaica - UFV	44	27.761	0,02
Total	4.681	161.912.217	100

Quadro 2 - Empreendimentos de Geração de Energia em Operação no Brasil - 2016

Fonte: ANEEL (<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>, acesso em 07/05/2017)

Em relação às Usinas Térmicas que operam com o insumo carvão mineral, há atualmente 13 (treze) unidades com concessão ou autorização válidas, conforme quadro a seguir:

Usina	Potência (kW)	Município	Proprietário
Charqueadas	36.000	Charqueadas – RS	Tractebel Energia S/A.
Figueira	20.000	Figueira – PR	Copel Geração S/A.
Jorge Lacerda I e II	232.000	Capivari de Baixo – SC	Tractebel Energia S/A.
Jorge Lacerda III	262.000	Capivari de Baixo - SC	Tractebel Energia S/A.
Jorge Lacerda IV	363.000	Capivari de Baixo - SC	Tractebel Energia S/A.
Presidente Médici	446.000	Candiota - RS	Eletrobras CGTEE
Candiota III	350.000	Candiota - RS	Eletrobras CGTEE
São Jerônimo	20.000	São Jerônimo - RS	Eletrobras CGTEE
Porto do Pecém I	720.000	São Gonçalo do Amarante - CE	Porto do Pecém Geração de Energia S/A
Porto do Pecém II	365.000	São Gonçalo do Amarante - CE	Porto do Pecém Geração de Energia S/A
Porto do Itaqui	360.000	Porto do Itaqui - MA	Itaqui Geração de Energia S/A
Alunorte	103.854	Barcarena – PA	Alumina do Norte do Brasil S/A
Alumar	75.200	São Luís - MA	Consórcio de Alumínio do Maranhão – Consórcio Alumar
13 Usinas			Potência Total: 3.353.465 kW

Quadro 3 - Usinas Térmicas que operam com o insumo do Carvão Mineral – 2016

Fonte: ANEEL

(<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/CombustivelListaUsinas.asp?classe=F%F3ssil&combustivel=8&fase=3>, acesso em 07/05/2017).

b) Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada

As principais empresas que ofertam produtos e serviços similares à Eletrobras CGTEE, isto é, provenientes especificamente de geração de energia tendo como origem o carvão mineral, podem ser divididas em dois grupos: os de atuação ou origem regional e de atuação nacional.

As empresas localizadas na região sul do país são as seguintes:

Usina	Potência MW	Proprietário	Município
Charqueadas	36	Tractebel	Charqueadas-RS
Figueira	20	Copel	Figueira - PR
Jorge Lacerda I e II	232	Tractebel	Capivari de Baixo - SC
Jorge Lacerda III	262	Tractebel	Capivari de Baixo - SC
Jorge Lacerda IV	363	Tractebel	Capivari de Baixo - SC

Quadro 4 - Empresas similares a Eletrobras CGTEE - 2016

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Banco de Informações de Geração

Empresas localizadas no Norte e Nordeste do país que trabalham com carvão importado:

Usina	Potência MW	Proprietário	Município
Porto de Itaqui	360	Itaqui Geração de Energia S/A	Porto do Itaqui - MA
Porto de Pecém I	720	Porto do Pecém Geração de Energia S/A	São Gonçalo do Amarante - CE
Porto de Pecém II	365	Porto do Pecém Geração de Energia S/A	São Gonçalo do Amarante - CE
Alunorte	103,9	Alumina do Norte do Brasil S/A	Barcarena - PA
Alumar	75,2	Consórcio de Alumínio do Maranhão - Consórcio Alumar	São Luís - MA

Quadro 5 - Empresas localizadas no Nordeste - 2016

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Banco de Informações de Geração

c) Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação

O modelo brasileiro tem como base a energia hidrelétrica, sendo que as térmicas desempenham um papel complementar e de reserva. Segundo a EPE, este quadro tende a se manter, reforçado por fontes renováveis como a energia eólica e biomassa, também em caráter complementar.

Há atualmente, por parte do Operador Nacional do Sistema – ONS, o entendimento de que as térmicas a carvão são necessárias para dar segurança às demandas atuais de energia elétrica, pois estas têm sido despachadas permanentemente.

Segundo o Plano Nacional de Energia - PNE 2030, dois terços do território nacional estão cobertos por dois biomas de alto interesse do ponto de vista ambiental: amazônia e cerrado. Observa-se que 70% do potencial hidrelétrico brasileiro a ser aproveitado localizam-se nesses biomas. Nesse sentido, pode-se antever grandes dificuldades para a expansão da oferta

hidrelétrica. Este estudo aponta para desafios para a construção de novas hidrelétricas, seja pela limitação ambiental, que somente direciona para a implantação de UHEs com reservatórios a fio d'água, ou pela inexistência de maior potencial hidráulico para exploração competitiva, seja pelo ponto de vista técnico e econômico de locais que estejam fora de áreas ambientalmente protegidas, ou terras indígenas. Assim, as térmicas de base serão fundamentais para a expansão do SIN.

d) Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio

As ameaças internas decorrem das condições operacionais da empresa e impactaram nos resultados da Companhia em 2016, representadas por níveis insuficientes de geração de energia, relacionadas às paradas não programadas e pequenas interrupções da atividade produtiva, que somadas impactaram na geração programada.

Adicionalmente o resultado do exercício de 2016 foi impactado pelo nível de endividamento da Companhia, gerando despesas financeiras decorrentes do serviço da dívida, composta por amortizações e juros, que tiveram grande relevância na composição do resultado negativo do período. Além disso, eventos contábeis referentes às provisões para contencioso judicial e *impairment* impactaram negativamente no resultado do exercício de 2016.

Questões ambientais e políticas governamentais restritivas a investimentos e eventuais ou estruturais problemas de performance operacional ou financeiros do principal fornecedor do insumo carvão, representam riscos externos relevantes, pois podem impactar negativamente nas operações da Eletrobras CGTEE.

Como oportunidade, vislumbra-se a possibilidade de obter melhores resultados futuros advindos de ações para recuperar a performance operacional da UTE Candiota III (*overhaul*), equacionar a dívida com a Eletrobras, bem como redução dos custos com PMSO (Pessoal, Materiais, Serviços e Outros), em conformidade com o PNG 2017-2021.

e) Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços

O relacionamento da Eletrobras CGTEE com os clientes, representados pelas distribuidoras de energia, se difere do relacionamento com o consumidor final, pois a atuação da Eletrobras CGTEE se restringe à geração de energia e não a sua distribuição. Em razão de o relacionamento ser formalizado em contratos no ambiente regulado, a CCEE disciplina a relação comercial entre geradores e distribuidores.

Comercialização de energia

Durante o ano de 2016 a Eletrobras CGTEE comercializou energia da seguinte forma:

- Contratos CCEAR – 4º Leilão de Energia Existente (LEE)

Em decorrência do 4º LEE, realizado em 11/10/2005, a Eletrobras CGTEE assinou o Contrato de Comercialização de Energia em Ambientes Regulados - CCEAR com 17 distribuidoras de energia elétrica. Após as realizações do Mecanismo de Compensação de Sobre e Déficit - MCSD o número de clientes vinculados a este leilão passou a ser de 38 distribuidoras. Neste

leilão foram comercializados 270,30 GWh. Tal compromisso encerrou em 31 de dezembro de 2016.

- Contratos CCEAR – 1º Leilão de Energia Nova (LEN)

Em decorrência do 1º LEN, realizado em dezembro de 2005, a Eletrobras CGTEE assinou Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR do tipo por disponibilidade com 31 empresas distribuidoras de energia elétrica. Após as realizações do mecanismo MCSD o número de clientes vinculados a este leilão passou a ser de 35 distribuidoras. Neste leilão foram comercializados 2.564,93 GWh.

No quadro a seguir é apresentado o portfólio de clientes da Eletrobras CGTEE, identificados de acordo com o leilão de energia:

CLIENTE	4º LEE	1º LEN	CLIENTE	4º LEE	1º LEN
AMPLA	X	X	CPFL PAULISTA	X	X
BANDEIRANTE	X	X	CPFL PIRATININGA	X	X
CAIUÁ DISTRIB	X	X	CPFL STA CRUZ	X	X
CEAL	X	X	CPFL SUL PTA	X	
CEB DISTRIB	X		EEB	X	X
CEEE DISTRIB	X	X	ELEKTRO	X	X
CELESC DISTRIB	X	X	ELETROPAULO	X	X
CELG	X	X	ENERGISA BO	X	X
CELPA	X	X	ENERGISA MG	X	
CELPE	X	X	ENERGISA MS	X	X
CEMAR	X	X	ENERGISA MT	X	X
CEMIG DISTRIB	X	X	ENERGISA PB	X	X
CEPISA	X	X	ENERGISA SE	X	X
CNEE	X	X	ENERGISA TO	X	X
COELBA	X	X	ESCELSA	X	X
COELCE	X	X	LIGHT	X	X
COPEL DISTRIB	X	X	PARANAPANEMA	X	X
COSERN	X	X	RGE	X	X
CPFL LESTE PTA	X	X	RGE SUL	X	X

Quadro 6 - Portfólio de Clientes da Eletrobras CGTEE

Resumidamente, a receita total da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEAR referente ao ano de 2016 foram:

4º LEE – 4º Leilão de Energia Existente: R\$ 44,063 milhões.

1º LEN – 1º Leilão de Energia Nova: Receita Fixa de R\$ 551,995 milhões e Receita Variável de R\$ 0,172 milhões.

- Liquidação no Mercado de Curto Prazo – CCEE:

Mensalmente foi realizada pela CCEE a contabilização do Mercado de Curto Prazo, na qual é comparada a geração realizada associada à energia adquirida para lastrear a insuficiência de lastro físico e a energia vendida.

Considerando a geração realizada em 2016 acrescida da energia comprada comparada à energia vendida, o resultado do ano representou a receita de R\$ 213,873 milhões.

É importante destacar que no ano de 2016 não ocorreram despesas devido a aplicações de penalidades por parte da CCEE.

- Ressarcimentos Devidos:

Conforme aplicação das regras de mercado da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), os CCEAR vinculados à UTE Candiota III estão sujeitos a aplicação dos seguintes ressarcimentos devidos pela Usina às distribuidoras compradoras: (i) ressarcimento por não atendimento ao despacho do ONS no valor de R\$55,064 milhões, e (ii) ressarcimento por não cumprimento à inflexibilidade anual no valor de R\$123,35 milhões. Resultando no montante de R\$ 178,423 milhões, impactando nas receitas.

- Compra de Energia no Ambiente de Contratação Livre – ACL:

Em função do volume de venda dos contratos de energia, associado com a entrada em eficácia dos novos valores de garantia física, válidos desde janeiro/2008, e os problemas técnicos enfrentados pelas usinas, a Companhia ficou sujeita a penalidades por insuficiência de lastro. Desde fevereiro de 2009, para solucionar este problema, a Companhia vem adquirindo sistematicamente montantes de energia através da participação em leilões de compra de energia, evitando a exposição às penalidades supracitadas. No ano de 2016 foram adquiridos 1.185,840 GWh em leilões de compra de energia no ACL, ao custo de R\$216,158 milhões.

A Companhia mantém contratos de compra de energia junto à Eletronorte, que totalizam 135 MW médios mensais até dezembro de 2019, e 109 MW médios entre janeiro de 2020 e dezembro de 2023.

- Exportação de Energia:

Durante o ano de 2016, foram exportados 13,371 GWh para a Argentina, resultando em uma receita de R\$ 3,102 milhões.

f) Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los

O principal risco de mercado identificado pela Eletrobras CGTEE consiste na disponibilidade de Geração.

As principais iniciativas ocorridas no período foram o início do processo de contratação da caldeira auxiliar a fim de garantir o fornecimento de vapor auxiliar para Fase C e, a negociação para revisão especial de manutenção “Overhaul” da UTE Candiota III objetivando recuperar a confiabilidade operacional e a capacidade nominal da unidade.

g) Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios

O mercado brasileiro de energia continua e continuará dependente principalmente da energia hidroelétrica e da gestão dos estoques de água nos seus reservatórios para atender ao consumo de eletricidade, complementada pelas térmicas e por outras fontes renováveis como eólicas e a biomassa.

h) as informações referenciadas nas alíneas “a” a “g” acima devem ser contextualizadas, também, em relação ao ambiente de atuação de eventuais unidades descentralizadas com autonomia de atuação.

Não se aplica à UPC.